

## **POLÍTICA DE REGISTROS E CONTROLES CONTÁBEIS DA BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**

### **1. Objetivo**

1.1. A presente política define as regras e procedimentos relativos aos registros e controles contábeis da BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A., com vistas à conformidade com a legislação e com as boas práticas convencionalmente adotadas.

### **2. Abrangência**

2.1. A presente política deve ser observada por todos os integrantes do corpo funcional da BASIS, assim entendidos os colaboradores internos e externos, acionistas, diretores, conselheiros e administradores.

### **3. Registros contábeis**

3.1. A BASIS estabelecerá procedimentos eficazes para os registros contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as recomendações e atos que componham o sistema de normas contábeis, de modo que estes reflitam, de forma completa e precisa, todas as transações realizadas na Companhia, independentemente dos valores envolvidos.

3.2. Os registros contábeis da Companhia deverão ser feitos e mantidos de forma detalhada, em ordem cronológica de dia, mês e ano, com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras ou emendas.

3.3. Os registros contábeis serão realizados com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis, permitindo refletir, com precisão, todas as transações comerciais e atividades de pagamento, inclusive as de baixo valor, com informações que incluam sua finalidade, natureza da transação financeira e a justificativa.

3.4. Os registros contábeis não deverão conter descrições genéricas, sendo que a terminologia registrada deve expressar o real significado da transação.

3.5. Todas as transações deverão ser registradas dentro do período em que ocorrerem.

#### **4. Controles internos contábeis**

4.1. Os controles internos contábeis da BASIS deverão ser capazes de:

- a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da BASIS;
- f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

4.2. A BASIS adotará controles internos contábeis que incluam a segregação de funções e sistema de aprovações internas.

4.2.1. A segregação de funções refere-se à realização das atividades de operacionalização, contabilização e custódia de ativos de forma independente.

4.2.2. O sistema de aprovações internas deve ser implantado com base em valores, riscos envolvidos e estrutura hierárquica interna e em obediência aos mandamentos do Estatuto Social.

4.3. A documentação contábil da BASIS, que compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa, que apoiam a escrituração, devem ser devidamente armazenados, conforme prevê a legislação vigente, em meio físico e/ou digital.

4.4. É restrito o uso de dinheiro em espécie para pagamento de valores.

4.4.1. Os pagamentos com dinheiro em espécie devem ser devidamente registrados em conta contábil própria, de preferência limitando-se a pequenas despesas do “caixa pequeno” e prestadores de serviços autônomos que não possuam conta corrente bancária.

4.5. Os ativos registrados devem ser periodicamente confrontados com os ativos existentes, devendo quaisquer distorções e diferenças serem prontamente corrigidas.

4.6. A BASIS realizará auditorias internas, com a finalidade de testar os controles internos e identificar *red flags* de fraudes, corrupção, erros, desvios e distorções dos registros e controles contábeis.

4.7. A BASIS deverá também guardar coerência nos seus lançamentos, com o conteúdo de manuais, orientações e recomendações de outros órgãos financiadores ou agências de fomento, quando for o caso.

## 5. Descumprimento e responsabilização

5.1. A violação desta política ensejará a aplicação das penalidades previstas na Política de Medidas Disciplinares, conforme seja decidido pelo Comitê de Ética, consideradas as circunstâncias e a gravidade do caso.

5.2. Qualquer tentativa de ocultar ou dissimular recebimentos ou pagamentos, que em realidade não tenham ocorrido, também acarretará a aplicação de medidas disciplinares e a responsabilização civil, administrativa e criminal do responsável.